

PORTARIA Nº 424 DE 22 DE SETEMBRO DE 1992

(Publicada no Diário Oficial de 23/09/1992)

O SECRETÁRIO DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições e tendo em vista os termos do Convênio de Cooperação Técnica celebrado entre esta Secretaria e o Ministério Público do Estado, publicado no Diário Oficial de 02/09/92,

RESOLVE

Art. 1º Em todos os casos de constituição de crédito tributário através da lavratura de auto de infração, em que se constatem quaisquer das infrações tipificadas na Lei Federal 8.137, de 27/12/90, que define os crimes contra a ordem tributária, econômica e relações de consumo, alterada pela Lei 8.383 de 30/12/91, caberão aos prepostos fiscais responsáveis pela ação fiscal e demais autoridades fazendárias as seguintes providências:

I - Ao Auditor Fiscal

a) Elaborar relatório circunstanciado, especificando as infrações cometidas pelo autuado e demais ocorrências direta ou indiretamente a elas relacionadas, encaminhando-o, em seguida, ao Inspetor Fazendário de sua circunscrição.

b) Xerocopiar e autenticar todas as peças e documentos do Processo Administrativo Fiscal, anexando-os ao relatório referido na alínea “a”.

II - A Inspetoria da Fazenda

a) Encaminhar ao Departamento de Inspeção, Controle e Orientação-DICO, através da respectiva DEREFE, os documentos constantes das alíneas “a” e “b”, anexando a estes xerocópias, devidamente autenticadas, do dossiê do contribuinte infrator.

b) Adotar o mesmo procedimento da alínea anterior em relação aos Autos de Infração existentes em carteira aguardando pagamento, impugnação, informação fiscal, recursos e em processo de parcelamento e estejam relacionados com as infrações previstas na Lei mencionada no artigo 1º.

III - Ao Departamento de Inspeção, Controle e Orientação-DICO:

a) Representar ao Ministério Público nos termos do artigo 409 do Decreto nº 2.460/89, que aprovou o Regulamento do ICMS, encaminhando toda documentação constante do item II à Promotoria Especializada no Combate a Sonegação Fiscal para instauração do processo criminal.

Art. 2º Constitui crime contra a ordem tributária, nos termos do artigo 1º e 2º da Lei acima mencionada, suprimir ou reduzir tributo, ou contribuição social e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

a) Omitir informações, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

b) Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela Lei fiscal;

c) Falsificar ou alterar nota fiscal, faturas, duplicatas, notas de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

d) Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

e) Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal, ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação;

f) Fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;

g) Deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos.

Art. 3º As autenticações a que se refere esta Portaria serão efetuadas no âmbito da própria repartição fazendária.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO SECRETARIO DA FAZENDA, em 22 de setembro de 1992.

RODOLPHO TOURINHO
Secretário